



Segregação espacial e impactos socioambientais: possíveis manifestações da degradação em novas paisagens urbanas

Fabio Sanches¹

Luiz Roberto M. Machado²

Resumo

Em decorrência da contextualização macroeconômica das últimas décadas, assistimos, no interior Estado de São Paulo há um aumento do contingente populacional em cidades de porte médio. Tais mudanças levam a uma necessária reorganização dos espaços urbanos, sobretudo do ponto de vista de valorização imobiliária. Nesse comportamento, observamos a configuração de novos cenários urbanos, com o acirramento das formas de segregação espacial. No intuito de minimizar esses e outros problemas peculiares aos processos de expansão urbana, o Plano Diretor e seus desdobramentos apresentam-se como instrumentos de organização e planificação espacial. Como decorrência do aumento do contingente populacional sem a devida planificação por parte dos órgãos públicos, nas margens da expansão urbana surgem problemas de ordem socioambiental. Nessa perspectiva, propõe-se, neste trabalho, uma reflexão sobre a relação desses novos espaços urbanos com problemas socioambientais

Recebimento: 25/5/2008 • Aceite: 7/11/2008

¹ Mestre em Ciências Ambientais, professor dos cursos de Geografia da Universidade de Taubaté e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo: Lorena. Universidade de Taubaté. Departamento de Ciências Sociais e Letras. Rua Visconde do Rio Branco, 22 – centro – Taubaté–SP. CEP. 12.020-040 E-mail: fsanches@unitau.br

² Mestre em Ciências Ambientais, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Taubaté. Universidade de Taubaté. Departamento Arquitetura: Praça Felix Guizard, 120 – centro – Taubaté–SP. CEP. 12020-350. E-mail: arq_lrm@terra.com.br

decorrentes de um processo de segregação espacial, apontando casos dos municípios de Guaratinguetá, Lorena e Taubaté.

Palavras-Chaves: Paisagens urbanas, Paisagens socioambientais, Planejamento Urbano.

Local segregation and environmental impacts: possible degradation manifestation on new urban scenery

Abstract

Due to the macroeconomics contextualization of the last decades, we've watched, in the inner cities of São Paulo state, to a development of a populational contingent in the medium size cities. These changings make it necessary to reorganize the urban areas, even more because of the property valorization point of view. Through this behavior, we observe the configuration of new urban scenery with the increasing of the local segregation. In order to minimize these and other peculiar problems to the urban expansion process, the Director Planning and its ramifications of urban expansion are presented as instruments of local planning and organization. With the increasing of the population contingent without the right planning made by the public organs, it appears, in the urban expansion surroundings, social environmental problems. In this perspective, it is suggested, in this study, a reflection about the relation of these new urban areas with social environment problem due to a segregation urban process, showing cases of inner cities as Guaratinguetá, Lorena and Taubaté.

Keywords: urban sceneries, social environmental sceneries, urban planning.

Introdução

Indiscutivelmente, o modelo de industrialização proposto e desenvolvido no País, no século XX foi um dos responsáveis, se não o mais importante, por uma série de transformações de ordem social, econômica, política, cultural e, acima de tudo, ambiental.

A concentração industrial nos grandes centros urbanos, sobretudo, São Paulo e Rio de Janeiro, fez com que as cidades sofressem um complexo processo de urbanização, desenvolvido de forma acelerada e condicionado a outros fatores, como planejamento e gestão pública. Esse processo comprometeu a qualidade dos espaços urbanos, no que se refere aos serviços públicos e à própria infraestrutura para a população.

Com incentivos a uma política de descentralização industrial no Estado de São Paulo, na década de 1980 e 1990 assistiram-se a mudanças estruturais no médio interior do Estado, como argumenta Braga (2005). Tal processo de desconcentração e interiorização do desenvolvimento ocorrido nas últimas décadas tem implicado mudanças importantes na dinâmica da rede urbana paulista, principalmente no sentido de maior urbanização do interior e da concentração de sua população urbana em cidades de médio e grande porte.

Tais mudanças causaram significativas transformações nas cidades de porte médio (cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes), principalmente em relação ao aumento do contingente populacional desses municípios, provocando, entre diversos fatores, o que se pode chamar de impactos socioambientais.

Um dos diversos impactos relacionados a esse aumento populacional decorrente de questões econômico-industriais diz respeito à ampliação das novas áreas residenciais, sobretudo as de moradias populares, visto que a maior parte dos programas habitacionais se mostra excludente das mínimas condições estruturais urbanas (bairros afastados, com transporte coletivo deficitário, distante de centros comerciais etc.).

Reschilian (2005) destaca que, no Brasil, o binômio, industrialização-urbanização sustentou um processo de modernização que excluiu a questão da terra. Os mecanismos de apropriação e ocupação do território e de concentração de renda foram e são determinantes da periferação das áreas metropolitanas e de cidades médias, cujo resultado tem sido a degradação ambiental, o aumento da desigualdade social e da violência, caracterizando o crescente processo de segregação espacial.

O acirramento das formas de segregação socioespacial representa um dos traços mais expressivos da atual fase crítica da urbanização da sociedade. Assim sendo, refletir acerca das dinâmicas de segregação socioespacial significa, também, de certa forma, pontuar as contradições do capitalismo contemporâneo (SOGAME, 2001).

Braga (2001) destaca que o avanço desordenado da urbanização sobre o meio natural tem causado a degradação progressiva de áreas de mananciais, com a implantação de loteamentos irregulares e a instalação de usos e índices de ocupação incompatíveis com a capacidade de suporte do meio. A ordenação do processo do uso e ocupação do solo do município, uma atividade de competência municipal, deve ser questão prioritária numa política de gestão ambiental, em especial quanto à disciplina do uso e ocupação do solo da zona rural, que apresenta maior fragilidade ambiental e tem sido alvo de ocupações irregulares. Em decorrência de dúvida quanto à competência de legislar sobre questões ambientais, os municípios têm-se omitido quanto a providências necessárias na zona rural.

Quanto à competência do Município em regulamentar a ocupação e o uso da Zona Rural, surgem discussões como as de Ceneviva (1991), que indicam mais claramente caminhos a serem adotados pela Administração Municipal para elucidar a questão:

Não é porque o território municipal se divide, para fins tributários, em Zona Urbana e Zona Rural, que os Poderes Municipais não atuam sobre ele. Ou seria o Brasil um mar rural (Gerido pela União) salpicado de ilhas urbanas (Geridas pelas Prefeituras)?

O Estatuto das Cidades mostra-se como o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana, e tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Stipp e Stipp (2004) salientam que os problemas ambientais que surgem em uma cidade são sempre decorrentes do uso e da apropriação indevida do espaço pelo homem, que não se preocupa com a preservação do seu meio ambiente.

Uma das grandes preocupações frente ao modelo de organização espacial manifesta-se em como se configurariam as novas paisagens urbanas em função do aumento populacional. Que condições de infra-estrutura de serviços (públicos e privados) tal contingente populacional encontraria e quais possíveis cenários futuros seriam criados a partir dessas transformações para atender tal demanda?

Espera-se, com este trabalho, despertar uma série de discussões, levantando algumas das principais variáveis diretas e indiretas relacionadas à configuração dessas novas paisagens urbanas e de seus possíveis impactos socioambientais. Para isso, as análises preliminares tomam como objeto central a análise e discussão de elementos dessa expansão urbana nos municípios de Guaratinguetá, Lorena, e Taubaté, no Estado de São Paulo.

A análise da paisagem como instrumento de reflexão

A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do seu conceito. Maximiliano (2004) aponta que a idéia embrionária sobre a paisagem sempre existiu e sempre se baseou na observação do meio. As expressões dessa memória e da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares, como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou um rio. A autora destaca que é possível encontrar uma análise histórica, e porque não dizer, até mesmo pré-histórica, do estudo dos conceitos de paisagem: desde as pinturas rupestres francesas (Lascaux) e do norte da Espanha como as primeiras concepções conscientes de humanos a respeito da paisagem (30 mil e 10 mil anos a.C.), passando pela antiguidade, com os egípcios da IV dinastia (2500 a.C.) e os mesopotâmios, com seus jardins ornados, pavilhões, celeiros e muralhas, pelos romanos e, no decorrer da Idade Média, quando jardins, hortas, pomares, áreas de lazer foram destituídos do ambiente natural para o interior de cidadelas. A partir da Renascença, o termo paisagem passou a assumir uma conotação delimitada e delimitante, por meio dos seus jardins. Na Europa dos séculos XVII, XVIII e XIX, diversos conceitos propostos por ingleses, alemães, franceses pautavam-se na intervenção humana para organizar a natureza como a “arte dos jardins”.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, por meio das idéias de Humboldt, Ratzel, Dokoutchaev, a paisagem, de uma forma ou outra, sempre se referiu à fisionomia e aos aspectos da vegetação, ao clima e sua influência sobre os seres, enfim, uma expressão espacial das estruturas da natureza (MORAES, 1993).

Em meados do século XX, as pesquisas sobre paisagem como sistema vinham da extinta URSS, com Grigoriev, Sotchava, Gerasimov e Mescherikov (ROSS, 2001), que desenvolveram um novo conceito – Geossistema. Entretanto, é na obra de Sauer (1998) que observamos a paisagem vista como um organismo complexo, resultado da associação

de formas que podem ser analisadas. A paisagem constitui-se de elementos materiais e de recursos naturais disponíveis em um lugar combinados às obras humanas resultante do uso que aquele grupo cultural fez da terra.

Nos dias de hoje, os significados do termo paisagem diversificam-se, a cada definição de dicionário, e tornam-se mais complexos, conforme os usuários. Em 1971, a Unesco declarou considerar que a paisagem é simplesmente a “estrutura do ecossistema”, e o Conselho Europeu diz que “o meio natural, moldado pelos fatores sociais e econômicos, torna-se paisagem, sob o olhar humano”. Já a *paysage* francesa refere-se principalmente aos aspectos visuais. O termo holandês, com o mesmo sentido, é *visueel landschap*. Para os alemães, *landschaft* envolve a noção de território, semelhante ao *landscape* inglês. Ambos também se referem ao aspecto visual. A geografia soviética tem seus próprios termos, *mesnost* e *ourotchitche*, que têm valor territorial, aos quais os russos acrescentam *landschaft*, emprestado dos alemães (ROUGERIE e BEROUTCHATCHVILI, 1991, *apud* MAXILIMIANO, 2004).

Bertrand (1972), por sua vez, considerou que paisagem seria “um termo pouco usado e impreciso” e, por isso mesmo, utilizado às vezes sem critério. Para este autor, não seria a simples junção de elementos geográficos que resultaria em uma paisagem, mas a combinação dinâmica, instável, dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, porque a paisagem não é apenas natural, mas é total, com todas as implicações da participação humana.

A paisagem urbana e a segregação espacial

Existem muitas definições para o termo, assim como são vários os estudos sobre a paisagem. O que chama a atenção, nessas várias definições, é a referência que se faz ao sentido da visão, isto é, à capacidade humana de enxergar determinado conjunto emaranhado de coisas.

São muitas as definições que partem desse pressuposto, e todas elas acabam por desconsiderar a importância da paisagem, principalmente a da paisagem urbana. Isso porque excluem, em um primeiro momento, um aspecto que poderia servir como reflexão para a proposta de uma idéia ou conjunto de idéias que tentasse explicar a segregação paisagística urbana em consonância com os estudos sobre o espaço urbano e, por sua vez, a dinâmica social urbana (VERVLOET, 2002).

Vervloet (2002) considera a paisagem como um conjunto de elementos naturais e artificiais, criado em tempos diferentes e incorporando tempos diferentes, passível de sucessivas transformações pela dinâmica espacial, por isso viva e mutável. Para ele, a paisagem reflete as formas e o resultado final da contínua dinâmica do espaço geográfico. E mais: a paisagem urbana é condicionada por suas próprias transformações e, ao mesmo tempo as condiciona, pela dinâmica espacial.

Embora a participação humana na paisagem seja praticamente admitida como consenso, paisagens têm sido estudadas sob ênfases diferenciadas, e nem sempre as sociedades humanas são consideradas no mesmo nível que outras variáveis.

Vervloet (2002) complementa que a paisagem reflete a dinâmica espacial porque pode ser caracterizada como uma impressão digital do espaço. Uma marca relativa, mas, ao mesmo tempo, cristalizada no espaço, ou do espaço.

Considerando a dinâmica espacial e as evidências cristalizadas no espaço, encontramos, na obra de Santos (1978, apud Corrêa, 1985), as denominadas rugosidades. Tais rugosidades compreendem a formas herdadas do passado, pois tiveram sua gênese vinculada a outros propósitos, e ainda permanecem presentes, pois se adaptaram às necessidades atuais, ou assumem apenas um papel simbólico, ideológico, para sua permanência.

Essa dinâmica espacial, entendida como o processo de articulação e rearticulação permanente do movimento solidário, conflituoso, contraditório, complexo do viver-pensar-sentir-fazer humanos no território, é que organiza o espaço de acordo com a estrutura de classes do lugar, e essa estrutura de classes é sobredeterminada pelo próprio espaço, observa Moreira (1988).

Uma das ferramentas de ordenamento do espaço urbano muito usada no Brasil é o zoneamento, que teve origem na Alemanha e foi gradativamente incorporado por outros países da Europa e consolidado em 1939, resultado de um processo de discussão dos arquitetos e urbanistas do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), nos postulados da “Carta de Atenas”³.

A contradição existente nesse modelo de planejamento fica evidenciada, em especial aqui no Brasil, quando o objetivo social de uma regulamentação urbana se confunde na manipulação da legislação

³ Le Corbusier(1993) - Carta de Atenas - trad. Scherer. São Paulo: R. Hucitec/Edusp.

urbana para atender a interesses de grupos dominantes em detrimento do bem-estar da sociedade.

A crítica de Mancuso (1996) aos planos urbanísticos que adotam a ferramenta do zoneamento como linha central de produção do espaço urbano é em relação à rigidez técnica e a histórica que desde os anos 70 vem favorecendo as relações do poder no exercício do governo, em prejuízo do conjunto da população. Isso porque, ao longo desse tempo, vêm servindo para garantir as áreas residenciais nobres, favorecer a verticalização e demais usos, protegendo e potencializando a renda fundiária conforme a demanda da especulação imobiliária.

Dessa forma, em sociedades democráticas o espaço deveria se caracterizar pelo entrosamento e mistura das classes sociais. O mesmo não acontece em sociedades rígidas, em que as classes sociais ocupam lugares geográficos determinados.

De acordo com Souza (2002), o zoneamento, por ele definido como “convencional”, imbuído de caráter funcionalista, incorpora e acoberta a sua dimensão socialmente excludente e conservadora, que pode ser menos ou mais forte, e, em alguns casos, explícita.

A paisagem é vista, portanto, como um mosaico de formas com distintas funções. A dinâmica social determina o arranjo espacial. O arranjo espacial em conformidade com as classes sociais cria uma fisionomia e uma paisagem urbanas que mascaram as desigualdades sociais.

Em um mundo capitalista como este em que vivemos, a sociedade necessita produzir e reproduzir bens de consumo, e é nessa reprodução dos bens de consumo que a dinâmica espacial ganha existência contínua.

Observa-se como tendência, no mercado imobiliário para as classes média e alta, a formação de condomínios residenciais horizontais. No município de Taubaté, por exemplo, é possível encontrar um conjunto de opções para as classes B e C com renda familiar mensal em torno de R\$ 5.000,00 a R\$ 20.000,00. Dentre eles destacam-se o Taubaté Village, Condomínio Primavera, o Villagio D'Itália e o Campos do Conde (na conurbação com Tremembé). Tais empreendimentos procuram criar uma sensação de segurança e tranquilidade, frente às vicissitudes dos atuais problemas urbanos (violência, trânsito complicado etc.).

Assim, a necessidade de novos espaços para a expansão urbana, tanto residenciais, como comerciais (subcentros), torna o mercado imobiliário um dos responsáveis pela articulação do capital na produção e reprodução de bens – valorizando certas áreas da cidade

em detrimento de outras, enfim, criando novos espaços segregados, nesse caso, segregados urbanos.

Sob esse aspecto, pode-se encontrar uma forte corrente de análise sobre segregação espacial. A proposta de Castells (1983) analisa a segregação urbana a partir da distribuição de residências pelo espaço. Para ele, a forma e as características das moradias e de suas populações estão diretamente relacionadas aos tipos e níveis das instalações e funções residenciais. O autor acredita que o nível de renda, o *status* profissional, o nível de filiação étnica e a fase do ciclo da vida, por exemplo, são os responsáveis pela distribuição geral dos locais e residências.

Dessa maneira, existiria uma estratificação urbana vinculada ao sistema de estratificação social condicionada pelo nível de distribuição e apropriação dos produtos do sistema social. O distanciamento entre aqueles que conseguem apropriar-se dos meios de consumo coletivos e os que a eles não têm acesso provoca a chamada segregação espacial.

Tal fato pode ser observado no município de Lorena, no Jardim Novo Horizonte (Figura 1). Localizado próximo à Rodovia Presidente Dutra, na pista São Paulo-Rio, o loteamento desenvolveu-se junto a uma região com características de distrito industrial. A analogia com as primeiras vilas industriais inglesas e francesas do século XVIII e XIX insere o bairro numa condição de “bolsão” de mão-de-obra barata e abundante, remetendo a uma carência na infra-estrutura básica (saneamento básico, transporte, coleta de lixo, asfalto etc.) que deveria ser subsidiada pelo poder público municipal. Infelizmente, o cenário no qual se insere esse bairro não é exclusivo nesse município, pois outros “bolsões de mão-de-obra barata”, localizados próximos à região central, também enfrentam problemas similares.

Figura 1: Bairro Jardim Novo Horizonte, localizado em região com características de distrito industrial, no município de Lorena



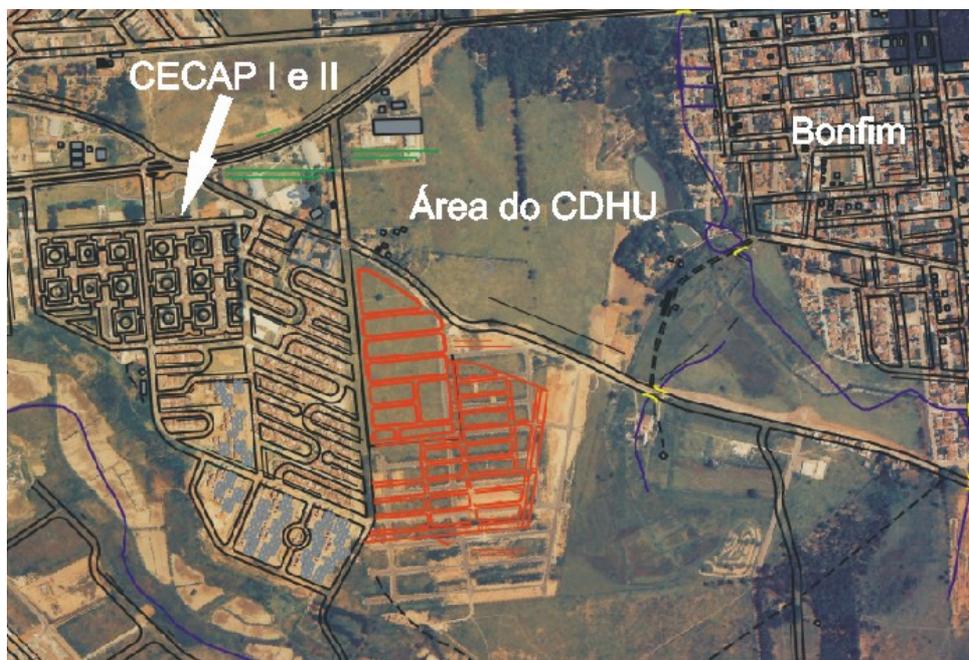
Fonte: Imagem do satélite *Quikbird* do ano de 2006 (Fornecida pela Prefeitura Municipal de Lorena).

Castells (1983) defende, ainda, que a estrutura do espaço residencial e da segregação espacial sofre a ação das estruturas da sociedade capitalista segundo o esquema Economia, Política e Ideologia. No nível econômico, tal segregação obedeceria à lógica da distribuição do produto entre os indivíduos, no caso a moradia; a segregação espacial é influenciada, não somente pelas diferenças de localidade, mas também pela capacidade de deslocamento e acesso a pontos estratégicos da rede urbana.

No município de Taubaté, os bairros CECAP I e II, caracterizados por residências populares construídas na década de 1980, têm como principal eixo de ligação com o centro da cidade, a Avenida Carlos Pedroso da Silveira (SP 62 - Estrada Velha Rio-São

Paulo) distando, 8 a 10 quilômetros das áreas centrais da cidade (Figura 2).

Figura 2: Bairros do CECAP e Bonfim, e área destinada ao CDHU, no município de Taubaté-SP



Fonte: Aerofotolevanteamento do Município de Taubaté – BASE – 1995
(Fornecida pela Universidade de Taubaté).

No nível político-institucional, o poder tende a forçar a segregação urbana na medida em que políticas públicas servem para atender aos interesses da fração dominante de cada unidade administrativa.

Nesse caso, a construção dos CDHUs entre os bairros do Bonfim e CECAP, no município de Taubaté, exemplifica perfeitamente tal afirmação. Uma vez que já existem áreas no município compreendidas por habitações populares (CECAP I e II) a oeste do município, sob uma visão de segregação espacial, os conjuntos habitacionais do CDHU intensificariam o processo de planimetria e/ou horizontalização da mancha urbana municipal.

Esse fato também se enquadra no âmbito ideológico, pois certa autonomia dos seus símbolos ideológicos interferiria nas leis econômicas de distribuição de indivíduos, entre tipos de moradia e de espaço ocupado. Dessa maneira, tal situação social poderia reforçar tendências à autonomização ideológica, constituindo grupos e subculturas espaciais delimitadas.

A paisagem urbana e as questões socioambientais

Ao nos depararmos com a paisagem urbana, as primeiras observações são feitas no âmbito das formas espaciais, como casas, fábricas, prédios, conjuntos residenciais, bancos etc. Santos (1988) propõe uma metodologia (*forma função processo e estrutura*) baseada em categorias de análise passíveis de aplicação no espaço urbano.

A paisagem urbana é dotada de diversas formas que assumem diferentes funções. Cada forma representa uma significação social. A Natureza, considerada natureza econômico-social, em um momento, é que modifica as funções de cada forma. O processo, vinculado ao fator tempo, pode nos revelar uma tendência. Essa tendência da dinâmica espacial, dentro de um processo, é a criação de paisagens urbanas fragmentárias (Vervloet, 2002). Novamente, o caso dos CDHUs e das CECAPs I e II, em Taubaté, pode representar esse exemplo. Do ponto de vista arquitetônico, e não somente dele, a *forma* das residências e do arranjo físico nesses conjuntos habitacionais representa uma *função* no espaço urbano. Impedem uma parte da população municipal de usufruir, diretamente, os benefícios propostos pela reprodução de bens de consumo (bancos, comércio, hipermercados, shoppings, praças, jardins etc). Em contrapartida, inserem essa população numa outra natureza econômico-social, visto que a maioria dos moradores desses bairros trabalha nas indústrias do Distrito Industrial do Piracangaguá, portanto perto de suas residências.

Dessa forma, torna-se muito difícil para as classes de baixa renda viver nos grandes centros urbanos das médias e grandes cidades, pois nesses lugares as formas são dotadas de funções ou criadas para funções que necessitam de um elevado poder aquisitivo. Essa dinâmica espacial nada mais é do que a própria estrutura do processo incorporada como natureza econômico-social nesse momento. Sendo assim, assistimos a uma tendência dos pobres a afastarem-se dos centros, instalando-se nas periferias, criando outros tipos de formas com diferentes funções, subordinados à estrutura do momento como resultado do processo.

Considerando essa condição de exclusão de formas e funções, subordinada a estruturas e processos e seus arranjos e re-arranjos, destacamos a necessidade de reflexões acerca da análise socioambiental desses espaços, sobretudo como produto do crescimento das cidades médias, com formação de aglomerados urbanos no seu entorno (BRAGA, 2005). O autor demonstra-nos que, entre os anos 1980 e 2000, o número de municípios com população urbana superior a 100 mil habitantes, no interior do Estado, saltou de 22 para 36, conforme tabela 1.

Tabela 1: Municípios com população urbana superior a 100 mil habitantes – Interior do Estado de São Paulo – 1991 – 2000

Classes de população urbana	de	1980	1991	2000	Taxa de crescimento 1980-2000
mil hab.	100 a 250	17	16	24	41,2%
mil hab.	250 a 500	4	9	9	125,0%
500 mil hab.	Mais de	1	1	3	200,0%
Total		22	26	36	63,6%

Fonte IBGE – Censos Demográficos. Adaptado de Braga (2005).

Com esse significativo aumento populacional nas cidades acima de 150 mil habitantes, é notório que a demanda por novos espaços destinados a moradias acirrará ainda mais a segregação espacial já existente nessas cidades, refletindo os atuais cenários nos espaços excludentes às margens da mancha urbana dos principais centros metropolitanos.

Justamente em função de amenizar toda essa problemática socioeconômica, o estudo dessas novas paisagens urbanas nesses locais deve passar essencialmente pela análise socioambiental.

Com base na análise da paisagem urbana socioambiental e da segregação espacial, Vervloet (2002, p. 139) questiona: por que os impactos ambientais urbanos são considerados, agora, como impactos ambientais urbano-paisagísticos? Por que os problemas da paisagem urbana, como fonte reveladora da dissonância entre sociedade e natureza, atingem muito mais os espaços físicos de ocupação das classes sociais menos favorecidas do que os das classes mais elevadas?

Sem sombra de dúvida, o comprometimento das condições ambientais urbano-paisagísticas e a sua distribuição espacial vincula-se ao processo de desvalorização do espaço e, conseqüentemente, à

dinâmica de segregação espacial proveniente das relações de produção e reprodução dos bens de consumo, que criam estruturas de classes e perturbações no arranjo espacial. Sendo assim, é difícil encontrar classes sociais com elevado poder aquisitivo ocupando áreas de topografia irregular, encostas sujeitas a movimentos de massa e áreas com possibilidade de sofrerem inundações e enchentes. Tais áreas, não tão valorizadas pelos segmentos imobiliários, geralmente são ocupadas por classes de baixa renda, muitas vezes em discordância com a atual legislação ambiental.

Na região nordeste da cidade de Guaratinguetá, encontramos situação similar nos bairros Portal das Colinas, Parque das Alamedas, COHAB e Beira Rio I e II. O bairro Portal das Colinas compreende residências de médio a alto padrão, enquadrando-se em um perfil de classe média alta, enquanto as residências dos bairros Parque das Alamedas, COHAB e Beira Rio I e II correspondem a classes menos favorecidas. Além disso, sua localização em áreas próximas às margens do rio Paraíba coloca esses bairros sob riscos de eventuais enchentes, nos meses mais chuvosos, fato que não ocorre com os moradores do Portal das Colinas, devido a sua localização sobre terrenos de maior elevação (figura 3).

Figura 3: Bairros Portal das Colinas, Parque das Alamedas, COHAB e Beira Rio I, no município de Guaratinguetá



Fonte: Imagem do satélite *Ikonos* do ano de 2000 (Fornecida pela Prefeitura Municipal de Guaratinguetá).

A ocupação desses novos espaços, geralmente periurbanos, mediante o crescimento populacional apresentado nos últimos anos, merece toda a atenção dos organismos públicos responsáveis pelo planejamento e políticas públicas. Braga (2001) esclarece que o Plano Diretor se apresenta como um instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana cujo objetivo é ordenar o pleno desenvolvimento e expansão das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Tal instrumento, entre outras funções e responsabilidades, define as diretrizes de planejamento e gestão territorial urbana no que compete ao controle do uso, ocupação, parcelamento e expansão do solo urbano, além de diretrizes sobre habitação, saneamento, sistema viário e transportes.

Sendo assim, a formação desses bolsões de população de baixa renda, excluídos total ou parcialmente dos principais benefícios sociais e de infra-estrutura básica, como moradias dignas, saneamento básico, transporte, áreas de lazer, além de comprometer a qualidade de vida de seus habitantes e de os submeterem a condições de exclusão social, comprometem também as questões de ordem ambiental. Isto porque, o descaso ou falta de atenção do poder público em quesitos básicos, do ponto de vista social permite que proliferem ocupações irregulares do espaço em áreas ambientalmente sensíveis à interferência humana. O resultado disso tudo pode ser visto nos modelos existentes de favelização nas encostas e ao longo dos ribeirões, córregos e outros cursos d'água. Há proliferação de lixo, culminando no aparecimento de vetores transmissores de doenças e, em certos casos, ataques por cobras, aranhas, escorpiões e outros animais peçonhentos.

Maricato (1996, *apud* Reschilian, 2005) define esse cenário resultante da desigualdade e da segregação espacial e observa que ali se reúnem os piores indicadores socioeconômicos e ambientais, como "bombas sócio-ecológicas". Reschilian (*op. cit.*) complementa, afirmando que a condição humana materializa, no território das cidades, a degradação e a agressão ambiental que demarcam uma nova geografia do espaço urbano, uma vez que os processos de reestruturação econômica geraram fenômenos brutais de exclusão social e de marginalização, traduzidos numa urbanização periférica, descontínua e planimétrica.

Por fim, Stipp e Stipp (2004) alertam que esse cenário se apresenta quase que da mesma forma, tanto nas pequenas, quanto nas médias e grandes cidades, pois os problemas ambientais são sempre os mesmos, variando apenas em relação ao tamanho e ao índice populacional de cada uma delas.

Considerações finais

Diante de tais processos de segregação espacial como consequência da produção e reprodução de bens de consumo, verificamos a ocorrência de impactos ambientais urbano-paisagísticos, que devem ser considerados não somente como “ambientais”, mas também como sociais (socioambientais). Tais problemas são decorrentes do crescimento populacional enfrentado pelas cidades médias do Estado de São Paulo, sobretudo nos últimos anos.

A implantação de um instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento e expansão urbana - Plano Diretor – deve servir como instrumento norteador à administração pública, no intuito de minimizar questões vinculadas à segregação espacial, por meio de ações concretas ligadas aos aparelhos urbanos (infra-estrutura viária, sanitária, transporte, lazer etc.). Dessa forma, parte dos chamados problemas socioambientais seriam amenizados, uma vez que a configuração de novos espaços urbanos destinados a moradias, sobretudo de classes de baixa renda, não implicaria total abandono por parte da administração junto a seus municípios.

Assim, por exemplo, margens de córregos e topos de colinas e morros localizados nas margens e periferias urbanas não seriam regiões ocupadas pela população sem que ali fosse providenciada a mínima infra-estrutura. Da mesma forma, destinar espaços menos valorizados sob o ponto de vista imobiliário à população de baixa renda, reservando espaços nobres para as classes A, B e C, acentua sobremaneira os problemas de segregação espacial, levando ao aparecimento de possíveis conflitos sociais e até mesmo ideológicos.

Os exemplos apresentados, dos municípios citados no trabalho, servem como alerta aos seus administradores, pois, se não forem tomadas medidas minimizadoras de tais questões, as gestões futuras estarão à margem da eclosão de um imenso conflito social manifestado sob a perspectiva socioambiental. Observa-se que os três cenários casos ainda são passíveis de modificações e adaptações, tanto estruturais, quanto culturais; todavia, representam apenas um exemplo de um complexo problema de difícil solução, um problema que exige uma intervenção na dinâmica espacial, para evitar a formação de paisagens urbanas caóticas, como as enfrentadas pelos grandes centros metropolitanos.

A solução para parte dos possíveis problemas poderá estar na elaboração de um Plano Diretor que não contemple somente interesses relacionados a questões mercadológicas, mas também o caráter social do espaço e, principalmente, a efetiva participação dos segmentos

sociais diretamente interessados na discussão e produção desse documento.

Referências

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, n. 13, 1972.

BRAGA, R. Cidades médias e aglomerações urbanas no Estado de São Paulo: Novas estratégias de gestão territorial. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – São Paulo. 2005. p. 2241-2254.

BRAGA, R. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, P. F.; BRAGA, R. **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias**. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001. p. 95-109.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CENEVIVA, L. L. V. **O Município, os Problemas Urbanos e a Nova Ordem Institucional**. Estudos Culturais, UNITAU, Taubaté: nº 8, p.15, 01/1991.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1985.

MANCUSO, F. **La Origen del Zoning**. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

MAXIMILIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **R.RA'EGA**, Curitiba, n. 8, p.83-91, 2004.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOREIRA, R. Repensando a geografia. In: SANTOS, M. (Org). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

RESCHILIAN, P. R. Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.1, n. 1, p.52-70, jan-abr, 2005.

ROUSSET, P. O ecológico e o social: combates, problemas, marxismos. **Cadernos Em Tempo**, n. 3113, Fórum Social Mundial, Brasil, Janeiro, 2001.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia aplicada aos EIAs-RIMAS. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia e meio ambiente**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, M. **Os novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SOGAME, M. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. **Geografares**, Vitória, n.2, jun. 2001.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STIPP, N. A. F.; STIPP, M. E. F. Análise ambiental em cidades de pequeno e médio porte. **Geografia**, v. 13, n. 2, jul-dez. 2004. Disponível em <<http://www.geo.uel.br/revista> >. Acesso em: 20 jul. 2005.

VERVLOET, R. J. H. M. A paisagem do diabo contemporâneo – como a dinâmica espacial articula as transformações da paisagem urbana segregando classes sociais. **Geografares**, Vitória, n. 3, jun. p.133-142, 2002.